



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2019 - MANDATO 2017 - 2021

--- Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e dezanove, reuniu em Sessão Ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Louro, que foi secretariado pela 2.ª Secretária senhora Fernanda Fragoso Garnel e pelo senhor Secretário João Osório. -----

--- **Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:**-----

--- 1. Fernanda Maria Garnel (CDU). -----

--- 2. João Pedro Antunes Osório (CDU). -----

--- 3. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----

--- 4. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----

--- 5. Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU). -----

--- 6. Miguel Félix Miranda (CDU). -----

--- 7. Nuno Miguel de Oliveira Prates (CDU). -----

--- 8. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS). -----

--- 9. Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS). -----

--- 10. Abel Ferreira Melro Pedro (PS).-----

--- 11. Maria Filomena Lopes Rúbio (PS). -----

--- 12. Carlos Alberto Dias Marques (PS). -----

--- 13. Ana Rita Monteiro Marques (PS). -----

--- 14. Ana Margarida Rosa do Céu (PS).-----

--- 15. Armindo Pinto Batata (MUDA). -----

--- **Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:** -----

--- 1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----

--- 2. Vereador Carlos Jorge Duarte Pereira.-----

--- 3. Vereador João Pedro Costa Arraiolos.-----

--- 4. Vereador António da Conceição Moreira.-----

--- 5. Vereadora Alzira Maria Nunes Agostinho. -----

--- A Senhora Vereadora Sónia Sanfona esteve ausente, tendo sido substituída pela Senhora Vereadora

Alzira Agostinho. -----

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta de Aprovação das Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC). Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 3 - Apreciação e votação do 159 Relatório Semestral do PSF - Plano de Saneamento Financeiro. Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 4 - Apreciação e votação da Prestação de Contas do ano de 2018. Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta - Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro. Município de Alpiarça. Para Deliberação.** -----

--- **Ponto 6 - Apresentação, discussão e votação de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. Para Deliberação.**-----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça deu início aos trabalhos eram 15h20m. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, da Bancada da CDU estavam ausentes as senhoras Deputadas Municipais Liliana Carapinha e Vanda Pereira, bem como o senhor Deputado Municipal Municipal Júlio Pratas, que tinham solicitado a suspensão do mandato, e estavam presentes em substituição os senhores Deputados Municipais Miguel Miranda e Nuno Prates. -----

--- De seguida, solicitou ao Senhor Deputado Municipal João Osório que, como habitualmente, substituísse na Mesa a senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Questionou se da parte do público alguém se pretendia inscrever para intervir e não tendo havido inscrições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos membros inscritos. -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que começou por congratular a abertura do bar do jardim, salientando que de facto estava muito bonito, mas pretendia saber se a energia elétrica que estava a ser utilizada para alimentar o aparelho de ar condicionado, que tinha sido instalado no local, era paga pelo concessionário ou pelo Município. Referiu, também, que tinha visto uma listagem dos passes rodoviários com desconto de 35%, e apesar de não ser oficial, porque tinha sido tirada dum jornal, pretendia saber se a Câmara Municipal de Alpiarça tinha sido incluída naquele critério do desconto de 35% nos passes. -----

--- Continuou a intervenção, referindo-se ao Plano Estratégico para o Turismo de Alpiarça e dizendo que sabia que o mesmo estava no site do Município, mas como tinha sido dito ali naquela Assembleia Municipal que, quando o mesmo estivesse acessível, os eleitos seriam informados, ainda que não pessoalmente, mas pelo menos por uma comunicação da Autarquia, por exemplo, uma daquelas chamadas “newsletters”, salientava que tal não tinha acontecido, mas congratulava-se pelo facto do mesmo já estar publicado. Disse, também, que já tinha visto as placas a indicar o perigo das amargoseiras, pelo menos nas que estavam junto às piscinas. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Carlos Marques, para referir que como se previa um verão seco, isso podia levar a aumentar a mortalidade de peixes na Barragem, pelo que questionava se existia algum plano para tentar atempadamente evitar que isso acontecesse. Continuou, explicando que tinha ouvido os discursos da Cerimónia do 25 de Abril e tinha gostado de alguns discursos sobre o poder local, que tinha sido uma conquista de Abril, mas parecia-lhe que essa conquista de Abril ainda não tinha chegado a toda a população de Alpiarça, pois ainda existiam falhas no abastecimento de água, na rede de esgotos, ou seja, existiam no Concelho locais em que as pessoas ainda não tinham aquelas infraestruturas, mas se calhar era mais importante construir-se um estádio no Casalinho do que pensar nas águas e nos esgotos para tais pessoas. -----

--- Relembrou um outro assunto de que já tinha falado, nomeadamente, a reciclagem dos resíduos e mostrou uma fotografia dum contentor do lixo, com um autocolante no qual constava a data da última vez em que o mesmo tinha sido limpo ou lavado, o que considerava uma ideia interessante. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Deputada Municipal Ana Céu, que colocou uma questão sobre o novo estabelecimento de restauração do Jardim Municipal, nomeadamente, sobre a forma que estava a ser utilizada para publicitar aquele espaço, principalmente, para quem vinha de Santarém e via a Estátua do José Relvas e por trás uma luzes cor de rosa, pelo que no seu entender essa não era a melhor imagem que se podia ter quando se chegava a Alpiarça, pelo que gostava de saber qual era o opinião do executivo sobre assunto, bem como se estava efetivamente a ser respeitado aquele espaço envolvente. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Fernanda Cardigo, para dar nota da atividade da Junta de Freguesia, referindo que apesar da estrutura daquela Autarquia ser pequena, ainda conseguiam realizar trabalhos com alguma dimensão. Informou que tinham iniciado mais uma reabilitação duma habitação, duma família em situação de carência sócio-económica, sendo que naquele caso se tratava da reabilitação da casa de banho, da cozinha e dum quarto e também ia ser colocada a cobertura. -----

--- Deu conhecimento que a Junta de Freguesia tinha participado e colaborado na edição do livro “Alpiarça na Grande Guerra”, à semelhança de outras vezes em que tinham colaborado com outros autores Alpiarcenses ou residentes em Alpiarça. Referiu que continuavam a colaborar com as associações,

coletividades e também com outras instituições, sempre que lhes era solicitado, estando naquele momento a decorrer um processo de aquisição de aparelhos para o Jardim Infantil da Fundação José Relvas. -----

--- Continuou a intervenção, referindo que a Junta de Freguesia tinha participado em praticamente todas as comemorações de datas temáticas, nomeadamente, no Dia Internacional da Mulher, no qual se tinha realizado um belíssimo espetáculo de teatro, no Dia Mundial da Poesia, entre outras atividades. Em relação às obras da Junta de Freguesia, deu conhecimento de que tinham sido concluídas as intervenções nos sanitários do Cemitério e do Jardim Dom Dion, que tiveram que ser adaptados a cidadãos com mobilidade reduzida, sendo que no Dom Dion também tinha sido instalado um fraldário, uma vez que, o local era frequentado por famílias com crianças e como tal, achavam que isso se justificava. -----

--- Por fim, informou que tinha sido feito o atendimento de proximidade nos lugares do Frade de Baixo, Frade de Cima e Casalinho, onde tinham sido apresentadas algumas solicitações que estavam a tentar solucionar. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, começando por dizer que tendo em conta todas as preocupações que existiam em relação ao ambiente, considerava pertinente abordar ali a questão da cobertura das oficinas da Câmara Municipal, situadas na Zona Industrial. Referiu que, se tal cobertura continha efetivamente partículas de amianto, e estando partida isso podia aumentar o risco de propagação, com inevitáveis consequências para a saúde pública, pois aquele material tinha a particularidade de em caso de fissura, aumentar o referido risco de propagação, pelo que questionava se existia algum problema em relação a tal cobertura e nesse caso, qual a solução prevista para resolver aquela situação. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, que começou por destacar a presença do senhor Presidente da República, no dia 12 de Março, em Alpiarça. Explicou que a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente da República tinha marcado presença e feito uma intervenção, integrada no Seminário José Relvas, Arte, Cultura e República, pelo que julgava que tinha sido um dia importante para os Alpiarcenses, que tinham sabido bem receber a figura maior da República Portuguesa, ficando bem patente a hospitalidade da população do Concelho em relação aos seus visitantes.

--- Continuou a intervenção, referindo-se à questão da rede de água e da rede de esgotos existente no Concelho de Alpiarça, dizendo que naturalmente todos sabiam que havia locais onde a água canalizada ainda não tinha chegado e os esgotos também não, mas apesar de tudo julgava que dentro de todos os municípios, e em particular os municípios que faziam parte das Águas do Ribatejo, Alpiarça era um Concelho que estava já bastante bem servido, com uma taxa de implantação de água e de esgotos bastante grande, talvez mesmo das melhores nas Águas do Ribatejo, o que contudo não implicava que o executivo municipal não fizesse todos os esforços junto da empresa, para que a cobertura de abastecimento de água e de saneamento básico fosse cada vez mais alargada.-----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Anabela Costa, que começou por se congratular com os

trabalhos de alteração da iluminação pública para o sistema LED, que estavam já a decorrer no Concelho. Referiu, também, que gostaria de louvar o trabalho desenvolvido pela Autarquia e pelos seus colaboradores, no âmbito do desporto sénior, frisando que era uma atividade realizada com muito carinho e onde era dado um grande apoio pelos técnicos do Município aos idosos do Concelho, não só ao nível do desporto sénior, como também noutras atividades, como os festejos de Carnaval ou as Marchas Populares, onde tentavam envolver todos os idosos, pelo que era de louvar todo aquele apoio e empenho. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Nuno Prates, salientando que considerava relevante destacar a importância do centésimo quinto aniversário do Concelho, cujas comemorações tinham contado com um programa repleto de atividades, que puderam agradar a vários públicos, tendo-se igualmente conseguido no mesmo dia, fazer um trabalho de valorização do Dia Internacional do Livro Infantil, pelo que considerava que tinha sido uma excelente comemoração do feriado municipal. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, para procurar responder às questões que tinham sido colocadas pelos senhores Deputados Municipais, dizendo que deixaria algumas respostas para o senhor Vereador Carlos Pereira. Começou por explicar, que os municípios da Lezíria do Tejo que tinham delegado competências na CIMLT, enquanto autoridade de transporte, iam todos beneficiar dos descontos nos passes, ou seja, do programa de apoio à redução tarifária, pelo que julgava que a listagem mencionada pelo senhor Deputado Municipal Armindo Batata, continha a designação das carreiras principais, e embora algumas delas atravessassem o território municipal, não era feita referência a todos os concelhos intermédios, nem a todas as paragens, embora existisse uma carreira, que era a única intermunicipal que tinha origem e fim (no sentido inverso) no Concelho de Alpiarça e que ligava o Casalinho a Santarém, que não estava de facto na listagem, pelo que tinha que tentar procurar perceber qual a razão dessa omissão.-

--- Reforçou que todos os municípios e todas as carreiras iam ser integradas no processo de apoio à redução tarifária, num valor médio de 35%, dando como exemplo as carreiras que se dirigiam para o território da grande Lisboa, em particular a carreira Alpiarça/Lisboa, que iria sofrer uma diminuição de cerca de 57 euros no passe, o que se podia considerar muito significativo e que contrariava a ideia lançada a nível nacional, pelo PSD e pelo CDS, de que tais reduções seriam apenas aplicadas a Lisboa e ao Porto, numa medida ligeiramente inferior, sendo que o resto do país não iria beneficiar das mesmas. Disse que havia ainda muito para fazer na melhoria da rede, na melhoria do serviço e que era necessário fazer um investimento enorme no país, como forma de diminuir assimetrias e desigualdades, colmatando o desinvestimento que se tinha verificado nos últimos anos, resultante da gestão dos governos do PSD, do PS e do CDS. -----

--- Afirmou que achava que havia muitas dúvidas na opinião pública, relativamente à “paternidade” de tais medidas, mas não havia dúvidas de que em relação aos seus contornos essenciais, havia um partido que na Assembleia da República, há mais de 20 anos e consecutivamente, apresentava propostas que eram sistematicamente recusadas pelos outros. Em relação ao plano de valorização estratégica turística de

Alpiarça, informou que o mesmo já estava na página eletrónica do Município, e essa era uma forma de comunicação dirigida a todos os eleitos e a toda a população, até porque os eleitos deviam consultar com regularidade os meios de divulgação do Município, fosse o site, o facebook, os documentos escritos em papel, que também iam sendo distribuídos, pelo que não deixava de haver informação, mesmo que essa não fosse especialmente dirigida aos eleitos municipais, embora também não tivesse problema nenhum em remeter tal informação diretamente para os eleitos, quando isso se justificasse e por vezes isso era feito. ----

--- Quanto à questão das amargoseiras, explicou que depois da chamada de atenção do senhor Deputado Municipal Armindo Batata, tinham procurado resolver rapidamente a situação, e como tal, Alpiarça devia ser dos poucos municípios no país que fazia aquela divulgação, mas desse modo a população ficava mais elucidada sobre o efeito daquelas plantas, que se encontravam um pouco por todo o lado. -----

--- Em relação às questões colocadas pelo senhor Deputado Municipal Carlos Marques, explicou que o que estava previsto para a Barragem era a possibilidade de ainda fazer uma intervenção de fundo, e era para isso que tinham andado a tentar obter apoio junto de várias entidades, sendo que tinha sido recentemente recebida uma resposta da APA - Agência Portuguesa para o Ambiente a uma solicitação da Câmara Municipal, sobre a possibilidade de ser feita a limpeza do fundo da Barragem, tendo sido respondido que havia a possibilidade de utilizar um equipamento de sucção, mas que todos os custos de utilização, de manuseamento, de operação e de transporte seriam da responsabilidade da Câmara Municipal, e portanto estavam a avaliar essa situação, continuando contudo a fazer-se o tratamento regular da Barragem, que se acreditava que ajudava a não aumentar mais a mortalidade dos peixes. Quanto ao 25 de Abril e à taxa de cobertura, disse concordar com o que havia sido referido pelo senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, pois de facto Alpiarça era dos concelhos com uma taxa mais alargada de distribuição de água, de abastecimento público de água e de resposta ao nível do saneamento, cuja cobertura andava muito próximo do 100%, embora existissem ainda algumas situações muito pontuais, muito isoladas, muito residuais a que ainda não tinha sido dada resposta, mas parecia-lhe que não era só por essa via que se devia medir a chegada do 25 de Abril, pois era uma data que tinha uma importância extraordinária nas mais diversas dimensões, sendo uma delas a melhoria das condições de vida das populações, pelo que se de facto alguma coisa funcionava no país desde 1974 e muito bem, era o poder local, que naquele nível em concreto tinha levado água, saneamento, iluminação aos pontos mais remotos do território, sendo que em Alpiarça ao longo dos anos, graças ao esforço dos vários eleitos autárquicos, dos vários executivos, tinha havido essa capacidade e por isso, a própria empresa Águas do Ribatejo tinha encontrado em Alpiarça uma cobertura quase total, ao contrário do que acontecia noutros municípios que estavam ainda em níveis mais baixos. -----

--- Explicou, depois, que havia um mecanismo de solidariedade interna na empresa Águas do Ribatejo, que era uma empresa intermunicipal de capitais exclusivamente públicos, ou seja, havia um investimento

prioritário nas situações de maior desconformidade com a cobertura total da população. -----

--- No que respeitava à imagem que se tinha, quando se chegava de Alpiarça vindo de Santarém, por causa do tipo de reclame luminoso utilizado no estabelecimento de restauração instalado no Jardim Municipal, referiu que aquele aspeto nem sequer tinha entrado no caderno de encargos, nem no contrato que tinha sido celebrado para a concessão do espaço, mas de qualquer forma pensava que o mesmo não fosse agressivo ou ofensivo do espaço, embora reconhecesse que a sensibilidade das pessoas, da população para estas situações variava e como tal, se fosse o caso, podiam abordar a questão junto do próprio concessionário. -----

--- Depois, fez referência à colaboração que existia entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, na realização de um conjunto de atividades que já tinham ali sido referidas pela senhora Presidente, e como tal, agradecia a disponibilidade da Junta de Freguesia, que mais uma vez tinha colaborado nas várias atividades realizadas, com a Câmara Municipal e também com o movimento associativo e outras entidades. Realçou a visita do senhor Presidente da República a Alpiarça, no dia 12 de Março, dizendo que tinha sido de facto um momento em que tinha havido a possibilidade de divulgar a figura de José Relvas, dar dimensão ao mérito que se assinalou do centenário, da passagem de José Relvas pelo Ministério, pela Presidência do Ministério, durante aquele período curto com início em 1919, na Primeira República e achava que não podia ter havido nada de mais digno do que a presença do senhor Presidente da República a presidir às comemorações. -----

--- Informou que o processo de alteração da iluminação pública para LED estava em fase de conclusão, estando substituídas quase todas luminárias no Concelho de Alpiarça, pelo que o mesmo iria ser dos poucos Concelhos do país a ficar com toda a iluminação pública substituída por luzes com a nova tecnologia. Terminou a intervenção, relevando as palavras de incentivo do senhor Deputado Municipal Nuno Prates, relativamente ao programa da Câmara Municipal nas comemoração do dia do Concelho e aos outros eventos associados. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador Carlos Pereira, que esclareceu que a luz do estabelecimento situado no Jardim Municipal, era paga pelo concessionário na totalidade e acerca do telhado das oficinas da Câmara Municipal, informou que tinha havido um temporal que tinha destruído parte do telhado daquele local, mas em breve iria proceder-se à sua substituição. Em relação ao que tinha sido dito sobre a mortalidade dos peixes, lembrou que quando se tinha iniciado o tratamento da Barragem, com a introdução de bactérias na massa de água, que combatiam as algas e por sua vez, evitavam que aquelas se desenvolvessem mais do que o normal, durante mais de três anos não tinha havido qualquer incidente relacionado com a morte de peixes, pelo que aquilo tinha acontecido em ciclos perfeitamente identificados.

--- Concluiu, dizendo que já tinha ali anteriormente informado que faltava um elemento, para completar o processo do plano estratégico e que assim que o documento em falta chegasse, o plano seria publicado no

site. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu uma segunda ronda, para quem se quisesse inscrever, para questões muito sucintas e nessa sequência, deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que iniciou a intervenção confessando que tinha prometido a si próprio não voltar a falar da Barragem, mas já que o assunto tinha ali sido abordado, esclareceu que a máquina de sucção referida era uma máquina de grande caudal, de grande dimensão e com um manuseamento difícil, tendo em conta a dimensão daquele lago, pelo que talvez fosse bom pensar noutra solução, numa máquina de menores dimensões e de manuseamento mais fácil, o que podia reduzir os custos, ou seja, talvez houvesse outra solução. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, para acrescentar relativamente aos passes rodoviários, que a redução em causa ia ser alargada à CP, faltando apenas um despacho do Governo para que a CP pudesse assinar os protocolos, pelo que os passes dos comboios iam também sofrer reduções substanciais nos preços. -----

--- O senhor Deputado Municipal Carlos Marques pediu a palavra ,para questionar se lhe podia ser dado conhecimento do teor do ofício remetido à APA a solicitar os trabalhos de sucção para a Barragem. Esclareceu, ainda, que não tinha dito que o 25 de Abril não tinha chegado a Alpiarça, mas apenas que não tinha chegado a essas pessoas que não tinham nada, portanto, não tinha chegado a toda a população. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro para perguntar se o telhado das oficinas iria ser todo substituído ou só a parte que tinha sido destruída. -----

--- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que tinham reunido com a administração da APA, e depois tinha sido feita uma solicitação formal de equipamento, conforme tinha sido discutido na reunião e a máquina estaria disponível, mas todo o resto da operação teria que ser garantido pelo Município, bem como todos os custos associados, não se tendo colocado a questão da dimensão da máquina, pelo que à partida a mesma seria adequada à massa de água da Barragem. Por fim, explicou que a comunicação da APA dizia exatamente aquilo que tinha sido ali transmitido. -----

--- O senhor Vereador Carlos Pereira esclareceu que o telhado das oficinas iria ser reparado na totalidade. --

--- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia.-----

--- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. Para conhecimento.** -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para colocar uma questão à Mesa da Assembleia, que se prendia com o facto de ter recebido aquele documento fora do prazo, ou seja, não

tinha sido cumprido o prazo de cinco dias, que estava estipulado no regimento. -----

--- Em resposta, o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o regimento e a lei estipulavam quatro dias, mas que por norma a informação era entregue sempre no próprio dia da Assembleia Municipal. -----

--- Interveio, novamente, o senhor Deputado Municipal Armindo Batata explicando que, ainda assim, o documento não tinha sido entregue atempadamente, ou seja, não se tinha cumprido a lei e não era possível conseguir ler o documento e sistematizar tudo ali em cima da hora, pelo que julgava que o ponto deveria ser retirado e passar para outra Assembleia Municipal. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal confirmou que a interpretação do senhor Deputado Armindo Batata estava correta, que o prazo era de cinco dias, mas desde a primeira sessão que sempre se tinha adotado aquele procedimento, pelo que não compreendia porque é que só passados quase dois anos é que estava a ser levantada a questão. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata frisou que nesse caso deveriam corrigir a situação e passar o ponto para a Assembleia Municipal seguinte, até porque não era só uma questão de cumprimento da lei, mas também porque pretendia ler o documento e sistematizar toda a informação contida no mesmo e como tal, achava que era boa altura para corrigir um mau hábito, embora a decisão não lhe coubesse. ----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal frisou que o facto de se tratar duma informação, não impedia que caso houvessem dúvidas sobre o documento, as mesmas pudessem ser colocadas e esclarecidas.-----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata sugeriu, então, a possibilidade de colocar perguntas sobre o documento na Assembleia Municipal seguinte, pois também não queria causar problemas. -----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, para sugerir que a informação escrita se pudesse transformar em informação verbal, se fosse esse o entendimento da Assembleia Municipal, mas ainda assim, o procedimento adotado era o mesmo pelo menos há mais de vinte anos. -----

--- Nessa sequência, o senhor Presidente da Assembleia Municipal decidiu que seria feita na mesma a exposição oral, como era costume e na Assembleia Municipal seguinte, o senhor Deputado Municipal Armindo Batata faria as perguntas que bem entendesse sobre o relatório, sendo que de futuro ia verificar se era ou não possível entregar o documento dentro do prazo dos cinco dias. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que era possível, mas simplesmente o que se tinha feito tinha sido seguir o procedimento habitual, mas se tinha que entregar antes, não havia problema porque passaria a entregar dentro do prazo. De seguida, deu nota dos elementos que achava mais relevantes, nomeadamente, o protocolo que tinha sido assinado com a associação Dignidade, para apoio à aquisição de medicamentos, por parte de munícipes que revelassem carência económica, salientando também a realização de vários eventos desportivos, ligados ao hipismo e ao desporto equestre na Reserva

Natural do Cavalo Sorraia, e explicando que tinha havido um esforço muito grande por parte dos trabalhadores afetos à Reserva, nos trabalhos de recuperação das pistas pré-existentes e na melhoria de todo o espaço, pelo que tinha sido possível com sucesso realizar várias provas equestres, com alguma participação de cavaleiros e de público. -----

--- Destacou, também, o Corso Carnavalesco e as comemorações do Carnaval em Alpiarça, dizendo que tinha sido o maior dos últimos anos e que tinha tido muita participação e muita assistência. Depois, referiu-se às comemorações do Dia Internacional da Árvore, do Dia Internacional da Mulher, aos 70 anos dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, ao Dia Internacional da Poesia, aos 30 anos da Biblioteca Municipal de Alpiarça, ao centésimo quinto aniversário do Concelho, à inauguração da Fanzineteca na Biblioteca Municipal, ao Dia Municipal dos Monumentos e Sítios, comemorado na Casa dos Patudos e às Comemorações dos 45 anos do 25 de Abril. -----

--- Deu conhecimento que tinha sido realizado em Alpiarça, no Auditório da Casa dos Patudos e por proposta da DGESTE, a fase Distrital de Santarém do Parlamento dos Jovens, que tinha envolvido jovens e escolas de todo o Distrito de Santarém, e onde se tinham aprovado os documentos e selecionado as equipas, que representariam o Distrito de Santarém na fase final, ou seja, na fase nacional na Assembleia da República. Continuou, dando nota da ação de sensibilização levada a cabo pela GNR, em parceria com a Proteção Civil Municipal, para a limpeza de terrenos no âmbito da proteção da floresta e prevenção contra os incêndios. -----

--- Explicou que o Município tinha marcado presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, e que em termos de promoção, tinha também participado numa Feira de Turismo, realizada em Santarém no ISLA. Salientou a comemoração do centenário do Governo Relvas, com a realização do Seminário Nacional José Relvas Arte, Cultura e República, que se tinha realizado nos dias 12 e 13 de Março, e que tinha contado com a presença do senhor Presidente da República, como também já ali tinha sido abordado. -----

--- Frisou que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, tinham apoiado alguns eventos realizados pelo movimento associativo do Concelho e que tinha durante as férias da Páscoa, tinha sido organizada a CAF da Páscoa 2019, como componente de apoio às famílias, para crianças dos 6 aos 10 anos. Ressalvou a entrega das bolsas de estudo a vinte e três estudantes do ensino superior do Concelho de Alpiarça, dizendo que tinha sido o mais alargado número de sempre de contemplados com as bolsas de estudo, sendo que ao fim de dez anos o Município já tinha atribuído 100 mil euros em bolsas de estudo, o que constituía um apoio social direto a um determinado grupo específico, muito importante para auxílio na sua formação e valorização. -----

--- Em relação ao Plano Inovador Integrado de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo, disse que o mesmo tinha diversas componentes, diversas ações a realizar com estudantes de todos os níveis de ensino no Concelho, e que apesar de ser um projeto cuja ação podia não ser ainda muito visível, tinha tido

recentemente uma tradução objetiva, prática, com a inauguração do laboratório móvel, que era um autocarro que integrava um conjunto de ofertas educativas, de jogos, de tecnologias no âmbito da ciência, da matemática, da engenharia e que ia percorrer os territórios dos dez concelhos integrantes do plano, havendo já uma pré-programação da sua utilização nas escolas, sobretudo naquelas mais afastadas das sedes de concelho, que não tinham os mesmos apetrechos educativos que os centros escolares modernos.--

--- Em relação à informação financeira, deu nota da evolução do endividamento, dizendo que a dívida global, a dívida total era de 6 milhões 971 mil euros, pelo que tinha diminuído cerca de quase 200 mil euros desde a última Assembleia Municipal, que se tinha realizado no dia 27 de Fevereiro, e representava uma diminuição de 6 milhões 329 mil euros, relativamente à dívida registada no exercício de 2009, portanto, verificava-se uma diminuição de 47,5% da dívida em relação a 2009.-----

--- Solicitou a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, dizendo que tinha uma dúvida sobre a informação dada em relação às bolsas de estudo para o ensino superior, uma vez que, o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito que tinham sido atribuídos 100 mil euros no âmbito de tal apoio, e não tinha entendido bem essa questão, ao que o senhor Presidente Câmara Municipal respondeu que o valor em causa referia-se ao período dos dez anos em que tal valência já existia como apoio municipal. -----

--- Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal Graciete Brito para salientar e elogiar a realização do Seminário José Relvas Arte, Cultura e República, referindo que achava que era uma temática muito relevante não só para Alpiarça, mas também a nível nacional, pois tinha contado com intervenções de muita qualidade, tinham estado algumas pessoas de fora, não muitas mas algumas, muitas delas ligadas à cultura e que se interessaram por tal temática, e tinha sido um seminário muito esclarecedor, que tinha dado a conhecer bastante bem a vida de José Relvas, a época e até questões relacionadas com a arte e com práticas da época. Continuou, dizendo que apenas lamentava a assistência ter sido diminuta, sobretudo no que respeitava ao número de pessoas de Alpiarça, pelo que julgava que talvez a divulgação não tivesse sido muito insistente, sobretudo junto de algumas camadas de Alpiarcenses, pois apesar de ter noção que o tema poderia não interessar a todas as pessoas, até porque em Alpiarça a população estava maioritariamente ligada à agricultura, e provavelmente não se interessava por aquelas questões, certamente muitos Alpiarcenses teriam gostado de ter estado no seminário, pelo que tinha sido realmente uma pena não ser aproveitado por mais pessoas, porque tinha sido efetivamente de grande qualidade.-----

--- Referiu que as pessoas se tinham mobilizado bastante para a visita do senhor Presidente da República, todos tinham querido tirar a “selfie”, mas efetivamente para aquilo que era fundamental, para conhecer José Relvas, a sua época e o seu papel no país e na região, muito poucas pessoas tinham feito questão de estar presentes. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, dizendo que apesar de saber que estava a ultrapassar, de certo modo, algumas regras regimentais, deixava ali a sugestão de no período após a ordem

do dia, e com a devida autorização da Mesa, de elaborarem um pequeno voto de louvor, para ser aprovado naquela Assembleia Municipal, relativamente à participação de três elementos do Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça, no auxílio às vítimas do ciclone que tinha castigado de uma forma muito significativa Moçambique, ou seja, propunha a aprovação dum Voto de Louvor ao Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que poderiam falar sobre o assunto, quando se chegasse ao período dos votos de pesar e de louvor. -----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que concordava na globalidade com a avaliação do seminário, feita pela senhora Deputada Municipal Graciete Brito, pois de facto tinha sido um seminário bem preparado e com a participação de alguns especialistas, nas diversas áreas da vida de José Relvas e da Casa dos Patudos, sendo que tinham sido proferidas comunicações de muita qualidade e saber, relativamente às matérias em causa, tendo havido uma envolvência grande também da Casa dos Patudos, quer do seu Conservador, quer da estrutura de apoio ao Museu e naturalmente, também do Gabinete do senhor Vereador Carlos Jorge, na preparação do evento. Referiu que a visita do senhor Presidente da República, na tarde do primeiro dia do evento, tinha de facto concentrado uma participação mais popular, o que já se imaginava que podia acontecer, mas não com aquela dimensão. -----

--- Quanto a outras razões, que pudessem ter havido para a menor assistência ao seminário, achava que havia uma que era evidente, e que se prendia com momento da realização do mesmo, ou seja, o seminário tinha sido feito à terça-feira e quarta-feira, ou seja, durante a semana, mas não era isso que estava previsto, só que tinha havido necessidade de ajustar as datas de realização do seminário à agenda do senhor Presidente da República, e portanto, no primeiro momento em que se tinha agendado a vinda do senhor Presidente da República, era para uma segunda-feira e por isso, havia margem para se fazer o seminário ao domingo, o que apesar de parecer um pouco estranho em termos ocupação do calendário, era a hipótese que havia, mas depois não se tinha concretizado porque o senhor Presidente da República não tinha conseguido disponibilizar-se naquela data e só tinha conseguido agenda a meio da semana, tendo a realização do seminário passado para terça-feira e quarta-feira, mas iriam tentar que os próximos pudessem vir a ser realizados ao fim de semana, para continuar a garantir a participação de mais oradores e assistentes. -----

--- Informou que estava prevista a publicação das atas do seminário, que seriam de todo o interesse para quem as quisesse consultar, e aproveitou para dar nota também da importância da apresentação de mais um livro do Dr. José João Marques Pais, sobre a participação dos Alpiarcenses na primeira Guerra Mundial, que se tinha realizado no dia 30 de março, ou seja, antes do feriado municipal. Quanto à presença dos Bombeiros em Moçambique, numa missão de apoio, de ajuda e de solidariedade com o povo da região da Beira, disse que fazia todo o sentido o Voto de Louvor proposto, até porque na Câmara Municipal também

iriam fazer uma referência aos factos, em principio com um voto de louvor aos Bombeiros por terem estado presentes em Moçambique. -----

--- **Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

--- **Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta de Aprovação das Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC). Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que deu início à intervenção dizendo que o documento em causa já tinha sido apresentado na Câmara Municipal, e tratava-se de adaptar as prioridades de investimento do Município aos efeitos negativos, preocupantes a todos os níveis, que provinham das alterações climáticas. Explicou que havia a nível global à uma estratégia, um plano mundial das Nações Unidas, sendo que a União Europeia também tinha os seus instrumentos de enquadramento, bem como o Governo português e as próprias comunidades intermunicipais, sendo que aqui se incluía a da Lezíria do Tejo, pelo que cada um dos municípios tinha também que aprovar uma estratégia local de adaptação às alterações climáticas, para controlar os efeitos nas populações, ao nível económico, social e depois também, a um nível mais administrativo, ou seja, ao nível do financiamento de operações concretas de adaptação às alterações climáticas.-----

--- Frisou que entendia que o plano era muito teórico, identificava os problemas, identificava também medidas de resolução e apontava para algumas possibilidades de financiamento, para a realização das operações que estavam previstas, mas tratava-se dum horizonte de médio prazo, sobretudo no quadro comunitário seguinte, já denominado Portugal 2030, ou 20/30, pelo que era mais nessa lógica que as comunidades intermunicipais e os municípios estavam a aprovar aquela documentação, que iria permitir acolher futuras candidaturas naquele âmbito dos programas dos fundos comunitários. Disse que o programa tinha sido feito numa parceria entre a CIMLT e cada um dos municípios, através da contratação de uma empresa da área do planeamento, de consultoria àquele nível, e que tinha contado depois com a participação das equipas técnicas de cada um dos municípios, no caso de Alpiarça, do Gabinete de Planeamento e Prevenção do Serviço Municipal de Proteção Civil. -----

--- Solicitou a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata para dizer que já ali se tinha falado no plano estratégico do turismo, que assentava na Albufeira dos Patudos e tudo girava à volta da Barragem e da Casa Museu dos Patudos, como um polo de desenvolvimento turístico, com ações a curto prazo, mas o mesmo não acontecia com aquele documento ali em discussão, no qual se referia que o período de seca climática iria alargar-se aos meses de primavera e de outono, que havia uma redução significativa de precipitação e humidade relativa, entre outros aspetos, mas não previa nada a curto prazo, ou seja, era um plano estratégico de alterações climáticas que dizia “cuidado com a água, porque vai haver falta de água”, mas não contemplava medidas imediatas para minimizar o impacto dos problemas, pelo que alguma coisa não estava a ser bem delineada. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, começando por dizer que achava que aquele era um documento muito importante e a preocupação que ali estava contida, tocava de uma forma decisiva nas vidas das populações, nas vidas futuras e por isso, achava que o mesmo devia ser gerido a nível nacional, cabendo aos municípios o imperativo da ação e uma condicionante de conduta, até porque o Portugal 20/30 ia afetar uma percentagem muito significativa dos fundos que iriam estar disponíveis, para as ações de prevenção em termos ambientais, e portanto importava em termos municipais, de facto, segmentar uma estratégia que fosse coerente com outras ações, que estivessem em curso ou que se viessem a perspetivar. Referiu que tinha percebido que aquele era um documento de trabalho e não uma proposta final, até porque julgava que haviam ali questões que importava serem pensadas por todos, na defesa de um bem maior que era o bem da vida da comunidade e existiam considerações que criavam desafios, em termos de pensamento e em termos dos objetivos que se propunham, pelo que também concordava que aquela fosse uma oportunidade para aliar o plano turístico ao das alterações climáticas, como forma de combater fragilidades que já se estavam a verificar, tais como a seca, as amplitudes térmicas, entre outras. -----

--- Frisou que o documento carecia duma leitura mais completa e o assunto duma discussão mais profunda, até porque existiam outras preocupações, que tinham a ver com atitudes de coerência e às vezes valia a pena ultrapassar algumas tentações mais imediatistas, algumas preocupações mais de grupo ou até de interesse partidário. Referiu que o plano destacava a importância do sistema de diques, da reabilitação estrutural e da requalificação do sistema de diques, que era de facto demasiado importante para não estar sempre presente naquelas preocupações, e também era importante a requalificação das linhas de água, apontando-se ali para uma ação nas margens no Rio Tejo, na sua margem esquerda numa extensão de 9 kms, na Vala Real de Alpiarça, nas duas margens numa extensão de 12 kms e na Albufeira dos Patudos, em 12,5 hectares, pelo que questionava se aquilo correspondia ao perímetro da Albufeira, e depois no Vale da Atela e no Vale de Tojeiros. -----

--- Salientou que importava serem adotadas atitudes preventivas relativamente a tais matérias, referindo que se dizia no documento que se pretendia criar uma estrutura verde, introduzir vegetação, por exemplo salgueiros, freixos ou amieiros na margem esquerda do Tejo, pelo que aproveitava para perguntar se a Câmara Municipal podia informar sobre o que é que se tinha passado com o corte de salgueiros que protegiam uma exploração de extração de areia no Tejo e que tinha sido imposta, numa ação articulada com a Direção Geral do Ambiente, porque aquela entidade dizia que não podia fechar o concurso que tinha sido feito, e portanto o objetivo era preservar aquela margem, não só em termos físicos, mas também em termos visuais, mas de repente os salgueiros tinham desaparecido, tinham sido cortados. -----

--- Continuou a intervenção, referindo-se às infraestruturas verdes em meio urbano, nomeadamente, a uma ficha de projeto que se dizia ser indicativa, mas que apontava para uma plantação de árvores nas áreas de

maior circulação pedonal ou concentração de comércio, numa extensão de 1km, pelo que pretendia saber que zona de Alpiarça era aquela, pois caso fosse a Rua José Relvas, perguntava qual seria a eficácia de se pensar numa intervenção daquela natureza naquela via e se não seria preferível, numa leitura de desenvolvimento e de prevenção integrada do Concelho, em vez de se optar por zonas de intensificação arbórea numa zona concentrada de 1 km, disseminá-las por todo o Concelho, abrangendo também as chamadas povoações mais afastadas, vulgo lugares, ou seja, achava sinceramente que era preferível optar por isso, pois um concelho tratado de forma integrada em termos de arborização, era completamente diferente de um concelho tratado apenas numa extensão de 1 km, ficando tudo o resto desertificado em termos arbóreos, o que em termos de eficácia do combate às alterações climáticas não era uma boa resposta. -----

--- Referiu-se, também, à previsão de implementação de novos parques urbanos, à requalificação do espaço verde da Albufeira dos Patudos, numa área de 17 hectares, cujo objetivo seria providenciar um espaço verde de dimensão significativa, que contribuísse para aumentar a biodiversidade, ou seja, a fauna e a flora e a sua pergunta era novamente a mesma, ou seja, se olhassem para as vantagens que Alpiarça podia apresentar, para o que já existia em termos de oferta arbórea na Albufeira dos Patudos, comparativamente a outras ofertas até em termos interregionais, não lhes ficava a dever rigorosamente nada e por isso, havendo a possibilidade de intervir em novos parques, questionava porque é que não se tratava o Concelho de uma forma integrada, de forma a corrigir as assimetrias existentes, optando por uma outra perspetiva de ação em termos de integração do Concelho como um todo. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Marques, que começou por questionar o motivo pelo qual, no quadro da análise da capacidade do Município para lidar com aqueles eventos, na área daquele quadro no planeamento das respostas, não tinham sido identificados os responsáveis, ou seja, se não existiam responsáveis que dessem respostas em caso de situações daquela natureza, que podiam até trazer catástrofes, sendo que entendia que tinha que haver planeamento e responsáveis por esse planeamento. Depois, congratulou-se por ser feita no documento uma recomendação para a reutilização das águas residuais tratadas, estando ali contemplada como opção para mitigar as receitas. -----

--- Frisou que para além da diminuição da pluviosidade, também se previa a existência de chuvas rápidas, ou seja, períodos de nebulosidade muito intensa, que iriam potenciar inundações e alagamentos, sobretudo nas valetas entupidas, pelo que sugeria que se alargassem os coletores e tudo mais, e se comesse por fazer uma limpeza profunda dessas zonas, bem como das sarjetas, dos coletores de esgotos pluviais para evitar correr o risco de inundações. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Graciete Brito, que frisou que aquele não era um documento simples e como tal, merecia um estudo aprofundado e também alguns conhecimentos no âmbito das questões ambientais, e como tal, precisava de ser esmiuçado, mas talvez a Câmara Municipal

ainda não tivesse tido tempo para fazer isso adequadamente, mas iria fazê-lo com certeza. Referiu que estavam ali elencadas algumas medidas, que eram da competência exclusiva da Câmara Municipal e outras da competência da Comunidade Intermunicipal, pelo que gostaria de saber relativamente às medidas da responsabilidade da Autarquia, se já tinham sido pensadas quais eram as prioridades, quando é que as mesmas poderiam vir a ser realizadas, atendendo a que era um plano a médio prazo, ou seja, quais eram as medidas prioritárias possíveis de executar. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, começando por dizer que julgava que já ninguém tinha dúvidas, que as próximas décadas iriam ser mais marcadas por secas prolongadas e por chuvas intensas, num curto espaço de tempo e isso estava perfeitamente espelhado naquele estudo, sendo que outro problema seria, naturalmente, a falta de água e a necessidade de utilizá-la numa forma mais regrada. Relembrou que no ano anterior, tinha sido apresentado no Concelho um projeto, o chamado Projeto Tejo, que pretendia ser o “Alqueva do Alentejo” e tinha sido apresentado numa empresa sediada no Concelho, que era a Lagoalva de Cima, e apesar de não se saber ainda concretamente as vantagens e as desvantagens de tal projeto, se era polémico ou se não era polémico, julgava que o mesmo podia ser útil, pois Alpiarça estava incluída numa região com uma forte componente agrícola e na agricultura fazia-se muito uso de água, sobretudo em profundidade, para se ter o acesso à água para as regas. -----

--- Explicou que julgava que o projeto tinha a particularidade, precisamente, de propor a utilização da água do Tejo em detrimento da água em profundidade, ou seja, das águas subterrâneas, sendo de destacar ali que aquele projeto tinha “nascido” em Alpiarça e já havia autorização para se avançarem com os estudos, o que era muito positivo, mesmo tratando-se dum projeto a longo prazo. -----

--- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de perceber se caso a proposta fosse aprovada pela Assembleia Municipal, se continuaria a ser proposta ou passava a ser o plano de estratégia, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que passava a ser a estratégia principal de adaptação. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para salientar que tinha sido ali dito que aquele era um documento de trabalho, pois uma estratégia era composta por medidas e objetivos de concretizações, e não era isso que tinha sido ali explicado, mas antes que aquele era um documento para ser discutido, para ser trabalhado, pois havia matérias a discutir, medidas em concreto a determinar, intervenções em concreto a definir e era essa a questão, ou seja, se apesar de se avançar globalmente, depois seria possível debater as ações concretas a tomar ou se até já tinham sido indicadas medidas. -----

--- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que achava que seria possível debater o assunto mais em concreto, até porque o plano tinha uma característica de dinamismo e por isso, havia mecanismos de revisão daquela estratégia, até em conformidade com as possibilidades de financiamento que fossem surgindo, sendo que a questão se prendia precisamente com o facto de ser necessário ter um

plano, para que houvesse capacidade de apresentar candidaturas, pois sem o plano aprovado, não era possível conseguir acesso a fundos comunitários. Explicou que o plano tinha sido elaborado por uma equipa técnica, no âmbito da contratação feita pela CIMLT, que tinha trabalhado nos vários municípios, junto dos gabinetes técnicos de prevenção e planeamento, com a supervisão dos executivos, mas como era evidente estava a falar-se duma área vastíssima e as próprias soluções encontradas eram discutíveis, embora o importante era que o Município tivesse aprovado uma estratégia, cujas ações podiam depois ser debatidas numa fase posterior, fazendo todo o sentido inclusive envolver a comunidade, os eleitos e outras entidades nessa discussão, mas para já o Município de Alpiarça ficava salvaguardado, em termos de candidaturas a fundos comunitários. -----

--- Em relação aos salgueiros, explicou que o corte dos mesmos tinha sido uma intervenção completamente alheia à Câmara Municipal, que nem sequer tinha sido consultada sobre os factos e quanto aos diques, frisou que sempre tinha defendido que as câmaras municipais, não deveriam ter que assumir matérias da responsabilidade do Estado, e mesmo sabendo que em defesa das populações, havia opções que se tinham que tomar e por vezes, isso implicava terem que substituir pontualmente o poder central, no caso dos diques, a competência era do Ministério do Ambiente, do Estado, era uma questão de soberania do Estado e por isso, era o Estado que tinha que os recuperar e não exigir aos municípios, que na propriedade que era sua, financiassem os trabalhos e a própria manutenção. -----

--- Terminou a intervenção, sugerindo que a Assembleia Municipal aprovasse a estratégia global de adaptação do Município às alterações climáticas, com o compromisso de que a Câmara Municipal promovesse no futuro, a discussão dos aspetos mais concretos, com a participação dos técnicos, dos especialistas na matéria, dos eleitos e dos munícipes, ou seja, que promovesse um debate alargado sobre o plano. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Graciete Brito, que reforçou que haviam situações no plano que teriam mesmo que ser ajustadas, porque o impacto das medidas não era o mesmo, sendo feito a médio ou a curto prazo, como por exemplo a questão da sensibilização, que estava ali prevista e bem a curto prazo, porque era preciso começar a sensibilizar as pessoas para a problemática da falta de água, pelo que também concordava que seria muito importante que o plano de aproveitamento da água do Tejo, referido pelo senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, se concretizasse desde que o Tejo tivesse água para o efeito, pois como era sabido a água costumava ser retida em Espanha. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa Céu: *“Dizer que votei favoravelmente a esta proposta de estratégia, ciente da sua importância estrutural para o Concelho de Alpiarça e também tendo presente que no âmbito deste documento, que é documento de teoria geral, haverá lugar depois após a necessária discussão, haverá uma redefinição com certeza das medidas*

que podem ser as mesmas ou outras a implementar em concreto, tal como foi aqui transmitido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal". -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que havia Deputados a pedir para se fazer um intervalo, pelo que foi o mesmo concedido. -----

--- Ponto 3 - Apreciação e votação do 159 Relatório Semestral do PSF - Plano de Saneamento Financeiro. Município de Alpiarça. Para deliberação. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que começou por explicar que aquele era o décimo quinto relatório semestral do Plano de Saneamento Financeiro, pelo que já tinham decorrido oito anos desde que se tinha implementado o PSF, mais concretamente em Abril de 2011, na sequência da situação em que o Município se encontrava à data e que tinha resultado na concretização de um empréstimo de 6 milhões e 135 mil euros, sendo que no final de 2018 esse mesmo empréstimo era de 3 milhões 191 mil euros. -----

--- Referiu que o relatório semestral era, essencialmente, composto pelos mapas demonstrativos da receita e despesa ao longo do período, bem como pela comparação dessa receita e despesa, com o que estava previsto inicialmente no plano, uma vez que, ao longo dos anos se tinham verificado uma série de condicionantes, quer em termos legislativos, quer da própria conjuntura e por isso, determinadas previsões não se tinham concretizado, mas em termos globais, o plano tinha-se concretizado na receita em cerca de 94% do que estava previsto e na despesa em cerca de 93%, podendo concluir-se que de certa forma o mesmo ia sendo cumprido, tendo desse cumprimento resultado uma diminuição muito significativa da dívida, pelo que tinha demorado praticamente dez anos estar-se em condições de suspender o plano de saneamento financeiro. Relembrou, ainda, que no ano de 2017 com a prestação de contas estavam com um rácio de endividamento de 152%, em relação à média das receitas correntes dos últimos três anos, sendo que eram considerados em excesso de endividamento os municípios que estavam acima dos 150%, pelo que por duas centésimas não tinham conseguido concretizar o objetivo, que depois foi concretizado no final de 2018, estando já o Município abaixo do excesso do endividamento e em condições de suspender o saneamento, após a aprovação da prestação de contas a 31 de dezembro do ano anterior, pelo que aquele seria o último relatório semestral do plano de saneamento financeiro que tinha que ser aprovado. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, referindo que da análise efetuada aos quadros apresentados, havia um quadro que lhe tinha suscitado alguma reflexão e no que dizia respeito à dinamização do Município, em sua opinião existiam dois pontos em que o Município podia fazer riqueza, que eram os impostos indiretos e a venda de bens, mas face aos números ali apresentados era visível que efetivamente a receita tinha ficado aquém do que estava previsto, o que provava que havia alguma falta de dinamização do Município e de capacidade para gerar receita. Depois, disse que havia outras situações que também gostava de realçar, que tinham a ver com as despesas com pessoal, que tinham apresentado em

2018 uma redução e com os impostos diretos, que tinham tido uma execução de 142.72%, mas em relação aos impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades e rendimentos por propriedade, dizia-se que tinham tido uma redução inferior ao esperado, que tinham ficando aquém do previsto, pelo que era útil que também ali tivessem colocado a percentagem, ou seja, a redução significativa em termos percentuais. -----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, para explicar que na elaboração de um plano de saneamento financeiro, tudo era visto à data em que o mesmo era elaborado, portanto, estavam a falar da realidade de 2010 e como tal, o plano de saneamento financeiro também tinha que ser feito de forma a que pudesse ser aceite pelas entidades bancárias, porque era quem poderia financiar ou concretizar o objetivo desse mesmo plano. Continuou, dizendo que a venda de bens e serviços estava muito abaixo ao que estava previsto no plano, e era evidente que não tinha sido só em 2018, mas em todos os outros anos e essa tinha sido uma das razões da dificuldade da arrecadação de receita, face ao que estava previsto inicialmente no plano de saneamento financeiro, mas aqueles eram valores de receita de acordo com o que tinha efetivamente sido a receita do Município ao longo dos diversos anos, pelo que não era possível avaliar a situação esquecendo todo o contexto em termos temporais, desde 2009 até à data de 2018, num período em que se tinha atravessado uma das maiores crises económicas no país, o que tinha condicionado de certa forma também o próprio mercado imobiliário e a possibilidade de aumento de receitas, comparativamente com outras alturas, noutras épocas. -----

--- Continuou a intervenção, frisando que discordava que houvesse falta de ação por parte do Município, mas naturalmente a mesma tinha sido consentânea com aquilo que tinha sido possível fazer, em termos de capacidade de captação de receita ao longo de toda a vivência, em termos de poder local democrático, principalmente nos últimos vinte ou vinte e cinco anos, sendo que nunca tinham havido grandes oscilações em termos desse tipo de capacidade. Explicitou que conhecendo o Concelho de Alpiarça, bem como todas as possibilidades disponíveis, facilmente se chegava à conclusão que não correspondia totalmente à verdade haver inação no Município, porque se podia pegar nos pontos mais negativos e noutros positivos, e depois dizer sobre as vendas de bens de investimento, que estava previsto 10 mil euros e foram vendidos 108 mil euros, portanto, dez vezes mais do que aquilo que estava previsto, ou seja, havia inação para umas coisas e depois, não havia para outras. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria com 9 votos a favor (8 CDU e 1 MUDA) e 6 abstenções (PS).** -----

--- **Ponto 4 - Apreciação e votação da Prestação de Contas do ano de 2018. Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para colocar uma questão ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que se prendia com o facto dos senhores Deputados Municipais João Osório e Celestino Brasileiro, serem membros do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Gabinete de Apoio à Vereação (GAV), e apesar de não existir, segundo julgava, uma definição específica das suas funções nesses

gabinetes de apoio, entendia que os seus elementos certamente prestavam assessoria ao senhor Presidente da Câmara Municipal, nos domínios da preparação da sua atuação política e administrativa, colhendo e tratando os elementos para a elaboração das propostas a submeter aos órgãos do Município e essa teria sido, certamente, a atuação dos mesmos na elaboração do documento de prestação de contas, relativo ao ano de 2018, pelo que os senhores Deputados Municipais seriam signatários proponentes de algumas peças incluídas naquela prestação de contas, submetida a apreciação e votação da Assembleia Municipal, mais precisamente o relatório e contas da Agroalpiarça, e no seu entender iriam votar documentos que eles próprios estavam a propor ou pelo menos, tinham colaborado na sua feitura, ficando assim a Assembleia Municipal diminuída nas suas competências de apreciação e de fiscalização da Câmara Municipal. Terminou, dizendo que tendo em conta o rigor e a transparência a que a democracia obrigava, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deveria informar se considerava que os senhores Deputados Municipais João Osório e Celestino Brasileiro reuniam as condições de imparcialidade para votação naquele ponto. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Deputado Municipal João Osório, uma vez que, o assunto não era recente, era antigo e na altura tinha sido muito falado e até havia preces nesse sentido. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal João Osório dizendo que achava que se estava a fazer uma grande confusão, porque apesar de serem eleitos na Assembleia Municipal, isso não impedia que por nomeação da Câmara Municipal, pudessem exercer funções na Agroalpiarça, nomeadamente, como presidente do conselho fiscal no seu caso, e como membro da direção no caso do senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, sendo que o senhor Vereador João Arraiolos era presidente da direção. Explicou que o relatório que estava ali em discussão, nada tinha a ver com propostas do plano de atividades ou orçamentos do Município, mas sim com uma cooperativa que integrava o Município. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para dizer que, de facto, não se tratava de nenhum documento do relatório da Câmara Municipal, que tivesse sido subscrito por aqueles eleitos, mas antes um documento duma entidade paralela à Autarquia, que integrava um conjunto de documentos da Autarquia, pelo que não lhe parecia que houvesse alguma incompatibilidade, mas de qualquer forma poderia tentar esclarecer melhor e depois dar essa informação. -----

--- Pediu a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, para dizer em relação à questão dos Deputados Municipais e do Gabinete de Apoio, que a situação já tinha sido avaliada nos mandatos anteriores e não existia qualquer incompatibilidade legal, pelo que era com base na legalidade que agiam, sendo que quanto a outras considerações do ponto de vista moral, não tinham ali nenhum óbice ou problema ético a considerar, ao contrário se calhar de outras situações que se verificavam noutros sítios. ----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que explicou que o documento da Agroalpiarça constituía um anexo da prestação de contas, que obrigatoriamente tinha que fazer parte da mesma e que já

tinha sido votado e aprovado nos órgãos próprios, sendo que ali constava como anexo da prestação de contas, e até ele próprio era parte integrante da elaboração do documento e era também presidente da Agroalpiarça, sem que isso constituísse uma incompatibilidade. Disse que quando eram apresentadas as contas consolidadas, eram também apresentadas as contas das empresas das quais o Município fazia parte, tal como as Águas do Ribatejo ou a Ecolezíria, das quais o senhor Presidente da Câmara Municipal ou o senhor Vereador Carlos Jorge faziam parte, pelo que não havia ali qualquer tipo de conflito, tratando-se apenas duma representação normal e independente das pessoas nessas entidades.-----

--- Em relação ao documento de prestação de contas, realçou que essencialmente se tratava dum documento que dizia respeito à atividade do Município, que não se podia orientar para uma gestão com lucro, porque existiam um conjunto de competências públicas, que advinham diretamente da lei e também da forma de organização do próprio Município e como tal, não eram mensuráveis em termos de resultados propriamente ditos, o que não significava que não pudessem analisar a despesa e a receita, mas as conclusões teriam que ser adequadas à forma como estava organizada a entidade. Realçou que, desde 2008, era a primeira vez que o Município conseguia baixar o excesso de endividamento, atingindo o rácio de 1,32 vezes na média das receitas correntes dos últimos 3 anos e portanto, estavam próximos dum nível de endividamento que podia permitir ao Município ter uma gestão um pouco mais de acordo com aquilo que era a sua função. -----

--- Destacou o desenvolvimento no último trimestre de 2018 e todo o processo de substituição do empréstimo de saneamento, que se veio a concretizar no início de 2019 com o visto do Tribunal de Contas, o que iria permitir um melhor equilíbrio na gestão das próprias finanças municipais. Na atividade propriamente dita, em termos de projetos, informou que tinha sido concluída a ampliação e revitalização do Jardim Municipal e também concluído todo o processo de contratação e obtenção do visto do Tribunal de Contas, para a reabilitação e requalificação do Mercado Municipal, sendo que em 2018 tinha ainda sido aprovada a candidatura do Programa Operacional do Alentejo para a Eficiência Energética, com a substituição de todas as luminárias, que se estava a concretizar também no ano de 2019. -----

--- Salientou, ainda, em relação à parte financeira a diminuição de cerca de 6 milhões de euros da dívida em relação à situação que existia em 2009, e destacou algumas das atividades nas mais diversas áreas, nomeadamente, a dinamização e promoção de atividades culturais e económicas, como a Alpiagra, o Festival do Melão, o FestFado, o FIFCA 2018, o Carnaval, o ciclo de exposições “Gentes da Nossa Terra”, a 7.ª Arte na Rua, a projeção de cinema de qualidade na Biblioteca e a elevada dinâmica na Casa Museu dos Patudos, que em conjunto tinham contribuído para uma maior afirmação e divulgação do Concelho. Destacou, ainda, a atribuição das bolsas de estudo aos estudantes no ensino superior do Concelho de Alpiarça, e no 1.º ciclo o fornecimento de refeições, os transportes escolares, o programa da fruta escolar, a prestação dos auxílios económicos escolares para além das competências definidas, uma vez que, mesmo

com a oferta dos livros escolares do 1.º ciclo, tinha sido mantido o mesmo valor do apoio que era atribuído anteriormente, garantindo assim mais apoio aos beneficiários, o desenvolvimento das atividades fora das épocas e horários letivos, como CAF e AAAF, entre outras. -----

--- A nível de modernização administrativa, salientou a desmaterialização de processos, que se tinha iniciado a 1 de Outubro, e que visava a retirada da circulação de papel em todos os serviços do Município, sendo que tinham sido adquiridos dois novos servidores para concretizar tal desmaterialização. Em termos desportivos, destacou a utilização constante das infraestruturas e o desenvolvimento de programas de atividade física para crianças, como o “Começar cedinho”, que continuava a ser feito semanalmente junto das crianças do pré-escolar, para além da atividade física para séniores que também já tinha sido ali realçada naquela Assembleia e que continha também um âmbito muito social e de promoção da saúde, com um importante contributo para a melhoria da qualidade de vida da população. -----

--- Informou que, em termos dos recursos humanos do Município, tinham sido integrados vinte e dois funcionários ao abrigo do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, e mantinha-se aquilo que já tinha sido implementado no final de 2017, que era a devolução dos três dias de férias aos funcionários, bem como o dia de aniversário. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, começando por dizer que gostaria que o documento tivesse sido paginado, para ser mais fácil de se situarem no mesmo, pois não tinha numeração nas páginas e era bom que não se esquecessem desse pormenor numa próxima vez. Continuou a intervenção, assumindo que ainda não tinha percebido bem como é que o plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar funcionava, sendo certo que existiam uma série de ações que estavam previstas, segundo diversos eixos e a Câmara Municipal dizia naquele documento, que durante o ano 2018 o Município tinha investido no projeto 29.247,23 euros, pelo que gostava de saber se aquela verba correspondia apenas ao pagamento salarial dos técnicos contratados e também se já havia algum relatório, que desse sustentação ao que efetivamente já tinha sido concretizado do plano, porque não bastava dizer que havia pessoas a acompanhar crianças, que havia mentoria ou intervenção comunitária, era necessário especificar o que tinha sido feito concretamente, quais as ações concretas já levadas a efeito. -----

--- De seguida, referiu que havia um gráfico que dizia respeito à piscina exterior e que não estava perceptível, pois tinha o número total de utilizadores, que era significativo, mas de qualquer maneira não se percebia o gráfico. Em relação ao quadro da evolução do absentismo em número de dias, disse que efetivamente desde 2009, o tal ano que servia de comparação, que o absentismo não tinha diminuído muito, mas tinha diminuído o número de funcionários, pelo que entendia que se o número de funcionários tinha diminuído, seria normal que o absentismo também tivesse diminuído, sendo que os 4550 de dias de absentismo, correspondiam a 12 anos de trabalho de um funcionário, o que julgava ser demasiado e apesar de saber que a questão do absentismo era difícil de controlar, questionava se não havia maneira de sensibilizar as

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, para dizer que efetivamente todos sabiam, que a capacidade de gerir a receita de um município era uma mola fundamental para o seu desenvolvimento, para o desenvolvimento dum concelho e como naquela Assembleia Municipal se falava sempre muito do ano 2009, congratulava-se ao ver por exemplo, que em 2009 a receita tinha sido superior à receita em 2018, ou seja, que passados todos aqueles anos e mesmo com os aumentos que tinham havido, a receita tinha baixado cerca de 14,15%, portanto, em 2009 a receita que o Município tinha conseguido arrecadar era superior à que tinha sido arrecadada em 2018, na certeza porém de que em 2018, efetivamente o Município tudo tinha feito para ter uma receita com alguma sustentabilidade, até porque essa receita fazia com que pudesse haver investimento no próprio Concelho. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que em relação à constatação do senhor Deputado Municipal Abel Pedro disse que não era bem assim, pois fazendo as contas e tirando 1 milhão e 800 mil euros à receita da Câmara Municipal em 2009, dava-lhe uma receita inferior à de 2018. Explicou que em 2009, através do PREDE – Programa de Regularização Especial Dívidas do Estado, a Câmara Municipal tinha recebido 1 milhão 800 mil euros de empréstimo, para pagar dívidas e depois no final do ano, tinha 5 milhões e tal de dívidas a curto prazo, sendo que depois quem tinha pago as tranches tinha sido o atual executivo, que ainda as estava a pagar, embora estivessem quase a terminar, pelo que mesmo num período muito difícil, que também já o era em 2009, porque já se estava a entrar no período de crise, e com a situação financeira do Município muito complicada, por causa dos cortes que tinham acontecido pela primeira vez, estando os municípios a receber menos do que aquilo que tinham recebido em anos anteriores, tinha sido possível baixar o nível de endividamento para os valores que ali se demonstravam. ----

--- Tomou a palavra o senhor Vereador João Arraiolos, para explicar que o documento final ali apresentado em PDF, tinha ficado com cerca de quinhentas páginas e como tal, não era fácil de paginar, embora fosse possível fazer uma paginação autónoma de cada um dos documentos e depois criar uma paginação única, para ser mais simples analisar, pelo que aceitava a sugestão para documentos futuros. -----

--- Quanto à questão dos relatórios do plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar, referiu que eram feitos relatórios mensais pela própria equipa, que os reportava quer ao executivo, quer também à Comunidade Intermunicipal, que coordenava todo o programa ao nível dos dez municípios que integravam o projeto, mas poderia ser solicitada à própria equipa informação sobre o conjunto das ações que já tinham sido desenvolvidas em articulação com o próprio Gabinete de Apoio ao Aluno e com o Agrupamento de Escolas, sendo que essencialmente tinha havido acompanhamento psicológico a crianças, bem como seminários para capacitação das famílias, programas de parentalidade positiva desenvolvidos com grupos mais ou menos restritos de 12 a 14 pais, ou seja, um conjunto de diversas ações que iria solicitar à própria equipa que indicasse para depois poder ali apresentar. Quanto ao gráfico, explicou que o mesmo tinha

desconfigurado aquando da conversão para PDF, e só depois é que se tinha dado pelo lapso, mas o próprio documento original já tinha aquela situação resolvida. -----

--- No que respeitava ao absentismo, explicou que havia um conjunto de fatores que contribuíam para aquela situação, desde logo a própria legislação que se vinha alterando, como por exemplo, no aumento da proteção na parentalidade, sendo que atualmente e felizmente, os pais e as mães tinham direito a mais dias para acompanhar os filhos jovens e na questão da doença, havia o fator da faixa etária dos trabalhadores, ou seja, da média de idades dos funcionários do Município. Referiu, em relação ao PREDE, que ainda faltavam pagar 75 mil euros, sendo que essa última prestação iria ser paga em junho. -----

--- Solicitou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, dizendo que se estava sempre a fazer a comparação entre os anos 2009/2018 e por isso, tinha que dizer que também a questão dos juros podia ser comparada, e assim em 2009 o Município tinha pago juros no montante de 362 mil 911 euros e em 2018 tinha pago menos 20,57%, ou seja, 149 mil 480 euros, por isso tinha havido capacidade para pagar aqueles juros. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria com 8 votos a favor (CDU) e 7 abstenções (6 PS e 1 MUDA).** -----

--- **Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta - Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro. Município de Alpiarça. Para Deliberação.** -----

--- Foi, de novo, dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que salientou que os pressupostos estavam descritos na proposta, nomeadamente, a própria situação que tinha levado à constituição, criação ou elaboração do plano de saneamento financeiro e à contratação do empréstimo financeiro. Explicou que, à época o Município estava nas condições estabelecidas pela lei, para recorrer ao plano de saneamento financeiro e naquele momento, o próprio regime financeiro das autarquias locais estabelecia que a Câmara Municipal podia propor à Assembleia Municipal a suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro, se após a aprovação dos documentos de prestação de contas se verificasse que o Município cumpria o limite da dívida total a 31 de dezembro, sendo que de acordo com a informação interna que estava em anexo, o Município de Alpiarça cumpria o limite da dívida total previsto na lei e por isso, podia ser aprovada a suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para solicitar esclarecimentos sobre quais os benefícios que o Município iria retirar da aprovação daquela proposta, para que pudesse votar em consciência. -----

--- O senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro pediu para intervir, dizendo que queria mostrar alguma satisfação pelo facto de o Município estar a apresentar ali a suspensão do plano de saneamento financeiro, pois julgava que era uma prova de que a medida que tinha sido tomada em 2010/2011, tinha sido acertada face à situação em que o Município se encontrava, pois apesar de noutros tempos se ter gerado muita receita, também tinha sido deixada uma dívida muito grande e como tal, era com muita

satisfação que via o Município propor a suspensão do plano de saneamento financeiro, antes de decorridos dez anos sobre o início do mesmo. -----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal para responder diretamente à questão colocada pelo senhor Deputado Municipal Armindo Batata sobre os benefícios da proposta, explicando que não se tratava de fazer aquele tipo de raciocínio, pois o plano de saneamento estava a ser apresentado para que a Assembleia Municipal assumisse essa suspensão de acordo com a lei, pois objetivamente o mesmo já não era preciso, tinha deixado de ser necessário, porque o Município já estava abaixo do limite máximo de endividamento e já não se mantinha a necessidade de recorrer ao plano de saneamento, apesar de se manter a necessidade de controlar o mais possível as despesas e maximizar as receitas. -----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, para explicar que a informação interna era da autoria do responsável pela Unidade Orgânica Financeira e portanto, correspondia essencialmente ao mapa que se tirava da própria plataforma onde se tinha que reportar toda a informação, e esse mapa tinha que obrigatoriamente fazer parte da demonstração, ou seja, essencialmente era essa a informação interna prestada pelo dirigente. Quanto à questão dos benefícios da suspensão do plano de saneamento financeiro, disse que a mesma poderia ser colocada ao contrário, ou seja, qual seria o benefício de manter o plano de saneamento financeiro, estando o Município em condições de o suspender, tal como a própria lei previa. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria com 9 votos a favor (8 CDU e 1 MUDA) e 6 abstenções (PS).**-----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Armindo Batata: *“Eu votei favoravelmente esta proposta na expectativa que à melhoria da situação financeira do Município passe a corresponder um visível crescimento deste Concelho”*. -----

--- **Ponto 6 - Apresentação, discussão e votação de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. Para Deliberação.**-----

--- **Moção “Viva a Liberdade” apresentada pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu da Bancada do Partido Socialista** -----

“Em junho de 1973 o Governo vigente, consciente da crescente contestação à Guerra Colonial, decidiu realizar entre 1 e 3 de Junho, no Porto o congresso dos combatentes, que pretendia ver aprovado o conceito de uma solução militar para a guerra e assim demonstrar a pertença adesão dos militares à política ultramarina. Ramalho Eanes, Vasco Lourenço e Hugo dos Santos, entre outros, recolheram 400 assinaturas de protesto às teses do Governo e defenderam que a solução para a guerra teria que ser política. Seguiram-se onze meses frenéticos, que foram aproveitados para ampliar junto da comunidade militar o sentimento que mais importante do que contestar decretos, era fazer um golpe militar e instituir um regime democrático. Às 22 horas e 55 minutos do dia 24 de Abril de 1974, numa estação de rádio, um dos civis aderentes ao golpe fazia passar o “Depois do Adeus” e à meia-noite e vinte minutos a Rádio Renascença

transmitiu o “Grândola, Vila Morena”. Era esta a segunda senha tão aguardada, o golpe estava em marcha e em 25 de Abril de 1974, Portugal reencontrou-se com a liberdade. Os dias que se seguiram não foram só de festa... divergências profundas sobre os conceitos de democracia e liberdade colocaram-nos, por vezes, na eminência de uma guerra civil. O momento de maior tensão e confronto. foi vivido em 25 de Novembro de 1975 e causou a morte de jovens militares. A partir desse dia, o país caminhou decisivamente para a normalização democrática, e as eleições de 1976 consagraram a opção por uma democracia representativa de base parlamentar. Passaram 45 anos e Portugal, que em Abril de 1974 era um país isolado e subdesenvolvido, está hoje muito diferente e é membro de pleno direito da União Europeia, sem a qual não teria alcançado os patamares do desenvolvimento que atingiu. Hoje, os desafios são diferentes e de grande exigência e comemorar Abril não pode ficar-se por um mero ato de circunstância, comemorar é cumprir Abril. Abril cumpre-se na elevação da dignidade democrática, no direito à saúde e à educação, numa justiça ao serviço da verdade, na defesa da integração, no cumprimento das responsabilidades assumidas, na construção das pontes para o futuro. Cumpre-se, com um poder local capaz de defender sempre o bem-estar da comunidade, contra tentações de favorecimentos corporativos ou partidários. Abril cumpre-se na defesa responsável da liberdade!” -----

--- Solicitou a palavra a senhora Deputada Municipal Anabela Costa, que disse que ao ler a moção tinha tido alguma dificuldade em perceber, se realmente a mesma se referia ao 25 de Abril ou ao 25 de Novembro, até porque em relação ao 25 de Abril tinha duas ou três linhas e o resto referia-se ao período antes do 25 de Abril, ou seja, dava grande ênfase no primeiro parágrafo ao período antes do 25 de Abril e depois ao 25 de Novembro, sendo que por esse motivo tinha muita dificuldade em aprovar a moção. Disse ainda, que gostaria que os senhores Deputados do PS lhe explicassem o que é que entendiam como “*contra tentações de favorecimentos corporativos ou partidários*”, ou seja, do que é que se estavam propriamente a lembrar, porque lhe vinham logo à memória certas e determinadas situações, ocorridas com alguns membros do Partido Socialista. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, começando por dizer que ia aproveitar as palavras da sua colega de bancada, pois quando tinha lido a moção até tinha pensado que já estivessem em vésperas de Natal, mas depois tinha verificado que não. Frisou que o 25 de Abril tinha sido comemorado havia dois dias e na sua opinião, deviam estar ali a falar de facto no 25 de Abril, mas a moção parecia ser sobre o 25 de Novembro e na sua opinião, era também uma tentativa de branquear outra situação. Explicou que achava que o papel dos militares no 25 de Abril tinha sido fundamental, sem sombra de dúvida, mas a leitura da moção dava a entender que o 25 de Abril tinha sido feito apenas para acabar com a guerra colonial e achava que não era isso que tinha acontecido. -----

--- Relembrou que Salgueiro Maia, momentos antes de partir para Lisboa na madrugada do dia 25 de Abril, não tinha falado só na questão colonial, mas também no estado a que o país tinha chegado, pelo que o que

se pretendia era devolver a liberdade ao povo português. Disse, também, que se estavam a esquecer de algo muito importante, pois na moção não havia qualquer referência à luta do povo português, durante toda a vigência do regime fascista, durante os 48 anos e essa luta não tinha sido feita só por comunistas, mas também por muitos democratas e por muitos socialistas, sendo que também não havia ali qualquer referência a esse facto. -----

--- Continuou, dizendo que achava que falar do 25 de Abril, era falar do caminho que tinha sido percorrido até se chegar ao 25 de Abril e dado que isso não estava referido na moção, tinha que reprová-la. Terminou, frisando que não era hábito o Partido Socialista apresentar moções nas sessões ordinárias, após o 25 de Abril, mas percebia que naquele ano a tivesse apresentado, porque efetivamente poucos dias antes, na Assembleia de Freguesia tinha “metido o pé na argola” ao não aprovar a moção do 25 de Abril apresentada pela CDU e como tal, tiveram que apresentar ali também uma moção, para que a CDU a rejeitasse e como tal, se esse tinha sido o objetivo estavam de parabéns porque o tinham conseguido. -----

--- Pediu a palavra a senhora Deputada Fernanda Cardigo, para referir apenas que achava que ficava muito melhor que se dissesse “*cumpre-se com um poder nacional*” do que “*cumpre-se com um poder local*”. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à segunda ronda de inscrições e nessa sequência, deu a palavra à senhora Deputada Municipal Graciete Brito, que disse que independentemente de concordarem ou não com a moção, a mesma não era exatamente uma moção ao 25 de Abril, aliás o título dizia “Viva a Liberdade”, pelo que era uma moção referente à liberdade que atualmente todos tinham, inclusivamente aquela de estar ali a discutir sobre aquilo com que concordavam ou não, portanto era uma moção que, apesar de algumas omissões, fazia um pouco o historial daquilo que era a situação atual face à liberdade, pelo que não percebia o que achavam que estava subentendido nas entrelinhas da moção. Relembrou, que na sua intervenção na sessão comemorativa do 25 de Abril, tinha frisado bem o elogio aos populares, em concreto aos de Alpiarça, que tinham lutado para que vivêssemos agora em liberdade, por isso achava que o que ali se pretendia era salientar, mais uma vez, o apoio à liberdade. -----

--- Relativamente ao que se tinha passado na Junta de Freguesia, disse que estava um pouco confusa, pois tanto quanto tinha lido nas redes sociais, tinha sido feita uma sugestão de alteração ao texto daquela moção, que intransigentemente não tinha sido aceite pela CDU, mas quem a tinha rejeitado até tinha sido a eleita do CDS, até porque quer o PS votasse a favor, contra ou se abstivesse, a moção passaria se a aliada da CDU, a eleita do CDS, tivesse votado a favor, mas como tinha votado contra não passou e portanto, não valia a pena tentar branquear os factos, porque a moção só não tinha passado, porque a senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia tinha votado contra e esse tinha sido um voto decisivo e de qualidade. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que começou por reafirmar que aquela era uma moção de apoio à liberdade, de evocação, enaltecimento da liberdade, até a liberdade

para ser livre, fora de correntes partidárias ou corporativas e essa era a maior liberdade que um ser humano podia ter. Depois, disse que tudo podia ser transformado, alterado e que se podia afirmar que não era nada daquilo que se estava a passar, que era uma interpretação, que não era a verdade, mas dizer que aquela era uma moção que se centrava apenas na guerra colonial era mentira, era desconhecer a história recente do país, pois a própria tónica da guerra militar tinha sido destruída no congresso dos combatentes, quando os militares saíram de lá e decidiram que mais importante do que contestar um decreto, que visava passar militares que eram milicianos, à frente de militares do quadro permanente, militares oriundos da academia e que isso acontecia porque o regime estava numa situação terrível, que era a de não ter oficiais para continuar com a guerra e então deu esse benefício aos milicianos, claro que isso fez nascer uma leitura corporativa por parte dos militares do quadro, mas quando saíram do Porto o que decidiram foi instituir um regime democrático e isso fazia parte das considerações absolutas, verdadeiras da história recente do país.-

--- Disse que o objetivo do golpe militar tinha sido o de instituir um regime democrático, ou seja, descolonizar, desenvolver, democratizar, portanto, tinham sido esses os três “DDs” e devolver o poder a quem livremente saísse de eleições, livremente não era na rua, livremente era no voto depositado em urna, que era a base fundamental do parlamentarismo e a base fundamental da liberdade. Continuou a intervenção, dizendo que sabia que o 25 de Novembro incomodava, mas o 25 de Novembro em termos objetivos, históricos, reais, factuais era a recolocação da liberdade no país, porque a liberdade estava em perigo novamente e quando o Melo Antunes, contrariamente a muitos companheiros que queriam ir mais além, a começar pelo Jaime Neves, disse numa forma brilhante, sagaz e com uma inteligência que o caracterizou, *“não senhores do PCP, vocês não ficam de fora, saltam aqui para dentro e ficam na mesa da democracia e passam a fazer parte integrante desta, porque a partir daí obedecem às regras democráticas, obedecem às regras que o povo decidir, que são a democracia”* e essa foi a maior vitória do 25 de Novembro e tanto assim era que em 1976 o país caminhou, decisivamente, para uma cena completamente diferente e rapidamente aderiu à União Europeia. -----

--- Explicou que sempre tinha gostado do Salgueiro Maia, e continuava a dizer que ele era o rosto da pureza inicial do golpe militar, que tinha sido um hino para todo o mundo e que devia de ser seguido em muitas situações, e portanto o golpe era um golpe para instituir uma democracia e isso estava ali dito, a moção falava do 25 de Novembro, mas o 25 de Novembro era a recolocação da liberdade como desígnio maior e não qualquer democracia popular, porque não havia uma única democracia popular que fosse livre, e por isso, a moção era de apoio à liberdade efetiva, à liberdade de discordar, mas havia a liberdade e havia o dever, por isso é que tinham que ser responsáveis e aceitar os resultados livres e expressos por quem era livre, sendo isso que estava ali, pelo que não podiam dissociar Novembro de Abril, porque era Novembro que recolocava a liberdade em Abril. -----

--- **Deliberação: A Assembleia Municipal de Alpiarça rejeitou a moção por maioria, com 8 votos contra**

(CDU) e 7 votos a favor (6 PS e 1 MUDA). -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal: *“Eu rejeitei a moção e é evidente que não concordo com alguns aspetos do seu conteúdo, mas principalmente por outro motivo. Eu sinto, e estou na minha liberdade de sentir o que bem entender, eu sinto que esta moção foi elaborada nestes exatos termos, para que a CDU a reprovasse e se pudesse fazer uma analogia em relação à reprovação do 25 de Abril na Assembleia de Freguesia, foi exclusivamente por isso, é a minha explicação”*. -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto, pela senhora Deputada Municipal Anabela Costa: *“Eu reprovei esta moção, não pelo conceito de liberdade, mas só pela divergência de conceito de liberdade. Não me revejo em grande parte desta moção, até porque como disse e muito bem o senhor Presidente da Mesa, ela tem uma segunda intenção que eu reprovoo completamente”*. -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro: *“Votei contra esta moção, não apenas porque também não me revejo no seu texto, mas porque considero que a única data que restitui a liberdade e a democracia aos portugueses foi o 25 de Abril e porque no texto não está presente nenhuma referência à luta dos trabalhadores, do povo português e do povo Alpiarçense, que tanto lutaram pela liberdade”*. -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto, pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu: *“Eu votei a favor porque a moção respeita à liberdade, à liberdade no sentido amplo e nós não podemos tentar estabelecer limites interpretativos e verificações, relativamente a datas, porque de facto em Abril nós reconquistámos a liberdade após 48 anos, mas a seguir a Abril houve portugueses que foram presos por delito de opinião e houve portugueses que foram mortos, por opiniões contraditórias entre si e não me refiro só a um setor, eu não estou a dizer que foram militantes ou simpatizantes da direita que foram mortos, foi dos dois lados, mas houve portugueses mortos e houve portugueses presos e isso não é, como é evidente, qualquer significado de liberdade. A partir de Novembro essas situações desapareceram do país e portanto, esse significado que o 25 de Novembro nos trás é um significado dum grande alegria, porque definitivamente a liberdade tão difícil de alcançar e que outros quiseram retirar tão rapidamente, foi de facto firmada de forma permanente”*. -----

--- **Moção “Por ocasião do 45.º aniversário da Revolução de Abril e das Comemorações do 1.º de Maio” apresentada pelo senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro da Bancada da CDU** -----

“A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do movimento das forças armadas – MFA, logo seguido dum levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa heroica luta, pôs fim a 48 anos da ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou

transformações económicas e sociais. A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, iniciado com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas, para os órgãos da autarquias locais em Dezembro de 1976, onde o poder local democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com a importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação das enormes carências, substituindo e sobrepondo-se até em alguns casos, na resolução dos problemas que excedem em larga medida as suas competências. O poder local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, é uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos, um poder local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. Aproxima-se também o 1.º de Maio, dia do trabalhador. Tal como em 1974, celebrar o 1.º de Maio será reafirmar Abril e lutar pelo direito ao trabalho e sua valorização, por salários justos, pensões dignas, pelo emprego com qualidade e pela qualificação dos trabalhadores, pela justiça social e por uma sociedade mais justa e fraterna. As comemorações da Revolução de Abril e do 1.º de Maio, devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dê resposta aos problemas do povo e do país, uma política que respeite o poder local democrático e o que ele representa de espaço e afirmação e a realização dos direitos e aspirações populares, devem ser um momento para a convergência e a unidade dos trabalhadores e do povo português em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República". -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que referiu que quando tinha recebido a moção a tinha lido algumas vezes, e apesar de poder não concordar com um termo ou outro utilizado, concordava perfeitamente com o conteúdo. No entanto, depois de ter assistido à discussão referente à moção anterior, iria abster-se. -----

--- **Deliberação: A Assembleia Municipal de Alpiarça aprovou a moção por maioria com 14 votos a favor (8 CDU e 6 PS) e 1 abstenção (MUDA).** -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu: *"Eu votei favoravelmente a moção da CDU, porque entendo que a liberdade é exatamente isto, é ser capaz de dizer concordo apesar da corporação a que estou ligado discordar ou o partido político em que milito me indicar uma outra versão. Esse é o cerne de liberdade e foi nesse sentido que eu a votei favoravelmente, porque o que é aqui traduzido faz parte de verdades históricas, mas a liberdade é nós não fazermos uma história de acordo com os nossos ideais, de acordo com os nossos objetivos, a liberdade é respeitar a história em toda a sua extensão. A história não é hoje uma e amanhã outra, essa história que é a história das ditaduras, foi tão bem caracterizada por Jorge Oro em 1984, não faz parte da realidade portuguesa. Votei esta moção, porque viva a liberdade!"*. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão do Voto de Louvor ao Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça, que foi aceite por unanimidade. De seguida, o senhor Presidente da

Assembleia Municipal leu a proposta de Voto de Louvor que a Mesa tinha redigido. -----

--- **Voto de Louvor ao Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça** -----

“No passado mês de Março, Moçambique foi assolado por um ciclone devastador, que provocou uma inundação enorme em toda a região da Beira. Alpiarça e o seu Corpo de Bombeiros Municipais, não ficaram indiferentes a esta catástrofe humanitária e assim, houve a participação de três elementos dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, que integraram uma força a nível distrital e que foram para Moçambique, para a região da Beira, em missão humanitária. A Assembleia Municipal de Alpiarça, em reunião do dia 27 de Abril de 2019 deliberou atribuir o Voto de Louvor ao Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça”. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém queria intervir ou sugerir alterações ao texto do Voto de Louvor, e não havendo alterações colocou o Voto de Louvor à votação. -----

--- **Deliberação: A Assembleia Municipal de Alpiarça aprovou por unanimidade o Voto de Louvor.** -----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

--- Foi dada a palavra ao público, mas não houve pedidos de intervenção. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao 1.º secretário senhor Deputado Municipal João Osório, para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram 19h20m. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente Assembleia Municipal Fernando Louro _____

1.º Secretário João Osório _____

2.ª Secretária Fernanda Garnel _____

--- Alpiarça, aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove.-----